



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
DEPARTAMENTO DE LETRAS, ARTES E COMUNICAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO
ANDREZA CAROLINA TEIXEIRA**

**MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO EXPERIMENTAL DO LIVRO-
REPORTAGEM “ARAGUARI, UM RIO DO PASSADO”**

**MACAPÁ
2016**

ANDREZA CAROLINA TEIXEIRA

**MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO EXPERIMENTAL LIVRO-
REPORTAGEM “ARAGUARI, UM RIO DO PASSADO”**

Memorial Descritivo do Projeto Experimental Livro-Reportagem “O Fim do Araguari, como matar um rio em três passos” apresentado ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amapá como requisito parcial à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo.
Professor (a) Orientador (a): Prof. Dra. Isabel Regina Augusto

**MACAPÁ
2016**

SUMÁRIO

1. Resumo	4
2. Introdução	5
3. Problema da Pesquisa	8
4. Justificativa	9
5. Objetivos	10
6. Referencial teórico.....	11
7. Metodologia.....	21
8. Conclusões.....	25
9. Referências Bibliográficas	27
10. Anexo.....	28
10.1 Projeto Gráfico.....	29

1. RESUMO

O presente trabalho tem como propósito relatar o processo de elaboração do livro-reportagem **“O fim do Araguari: como matar um rio em três passos”**, ratificado como um produto de um Projeto Experimental do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amapá. O produto aborda as conseqüências socioambientais sofridas–pelo Araguari, em decorrência dos impactos da ação humana, uma questão importante tendo em vista que o Araguari é o maior rio genuinamente amapaense. O livro-reportagem em questão aborda sustentabilidade, meio ambiente e desenvolvimento regional, portanto, trata-se de um produto do jornalismo especializado em meio ambiente, tendo como aliado à abordagem do jornalismo literário.

PALAVRAS-CHAVE: Amapá; Livro-Reportagem; Jornalismo Ambiental; Jornalismo Impresso; Rio Araguari

1. INTRODUÇÃO

O Araguari nasce na Serra do Tumucumaque, na região central do Amapá e corta sete municípios do estado: Cutias, Itaubal do Pírim, Ferreira Gomes, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Serra do Navio e Arquipélago do Bailique, pertencente a Macapá.

O rio é dividido em três partes: alto, médio e baixo Araguari. O alto Araguari começa na nascente e segue até o trecho localizado nas cidades de Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari; o médio Araguari que corresponde ao trecho do rio que passa nos municípios de Porto Grande e Ferreira Gomes e, por fim, o baixo Araguari, na cidade de Cutias do Araguari e no arquipélago do Bailique.

Os moradores destas cidades dependem do rio para consumo próprio e para a economia, pois os municípios têm a agricultura, a pesca e a pecuária como principais atividades econômicas. Além disso, é o maior rio em extensão do Amapá e um dos mais belos do estado, sendo muito procurado por banhistas durante o verão, e é ainda conhecido por suas cachoeiras e pela força de suas águas.

O Araguari deságua no município de Cutias, na região leste do estado, onde se encontra com o Oceano Atlântico. Este encontro provoca um dos fenômenos mais bonitos e poderosos da Amazônia: a pororoca, uma onda que pode chegar seis metros de altura e por isso atrai visitantes de outros estados e mesmo de outros países, principalmente surfistas e equipes de jornalismo.

Entretanto, há alguns anos moradores e cientistas vêm observando mudanças, especialmente no baixo Araguari, onde o rio passa atualmente por dois processos, seu volume de água está diminuindo e suas águas estão ficando salgadas. O rio também está perdendo a sua força, a situação é tão grave que há dois anos a Pororoca não tem sido registrada.

De acordo com cientistas esta situação foi provocada pelo excesso de degradação que o rio vem sofrendo nos últimos anos, especialmente com a atividade intensa de três hidrelétricas, criação de búfalos e canais artificiais abertos pelo homem, um hábito dos povos da floresta.

No livro-reportagem “***O Fim do Araguari: como matar um rio em três passos***” a proposta é mostrar como a degradação chegou a este ponto, apresentando a visão dos pesquisadores, dos órgãos públicos e das pessoas

que vivem nas cidades banhadas pelo rio. O livro foi produzido em dez meses, incluindo as etapas de pesquisa bibliográfica, produção editorial e gráfica, captação de dados, apuração e edição. O subtítulo do livro-reportagem está relacionado à mineração, às três hidrelétricas e à criação de búfalos, atividades econômicas que utilizam as águas do rio e que, segundo as fontes entrevistadas, podem ser os fatores que desencadearam atual cenário de degradação sofrido pelo Araguari.

Além do prefácio, ele é dividido em oito capítulos, que visam relatar a degradação ambiental do Araguari a partir do ponto de vista das pessoas afetadas pela situação, bem como o de pesquisadores, ambientalistas e dos órgãos do governo. Ao todo, são 39 páginas.

O primeiro capítulo, intitulado “Água, um recurso desperdiçado no Brasil” aborda o mau uso da água no país e a desigualdade de distribuição do recurso entre as regiões.

O segundo capítulo se chama “Amapá, um estado de paradoxos” e aborda o meio ambiente no estado. Seu objetivo é contextualizar o leitor, afinal, é necessário conhecer as políticas ambientais do estado em que o Araguari está localizado. O capítulo ainda aborda a falta de cuidados que o estado tem com seus recursos hídricos.

“Rio Araguari, um rio encantado” é o título do terceiro capítulo do livro-reportagem e apresenta o rio aos leitores, detalhando sua história e sua importância cultural e econômica para a população das cidades em que corre. Aqui o leitor é apresentado também aos problemas ambientais sofridos pelo rio.

O quarto capítulo, intitulado “A mineração e o alto Araguari” busca explicar como essa atividade econômica pode ter contribuído para com a degradação ambiental do Araguari.

“Hidrelétricas do Araguari” é o quinto capítulo do livro-reportagem, onde o leitor pode conhecer a visão de pesquisadores e estudiosos sobre os impactos que podem ter sido causados pelos três empreendimentos hidrelétricos instalados no Araguari entre os anos de 1973 e 2016. O capítulo traz a visão do pescador Carlos Pereira e da professora Marli Rodrigues, moradores de cidades banhadas pelo Araguari.

“Criação de Búfalos no Araguari”, título do sexto capítulo do livro-reportagem, aborda os impactos trazidos pela bubalinocultura, prática

agropecuarista desenvolvida no baixo Araguari e que, de acordo com pesquisadores, tem causado graves impactos no solo do rio.

“Há uma solução?” é o título do penúltimo capítulo do livro e busca apresentar alternativas para recuperar o rio ou minimizar os impactos ambientais sofridos por ele.

O título do último capítulo, “Um rio do passado”, surgiu devido à constatação de que a degradação ambiental daquele local é praticamente inevitável e traz uma reflexão sobre o desenvolvimento econômico a qualquer custo.

O Livro traz em suas páginas fotografias produzidas pela acadêmica e por alguns colaboradores que lhe acompanharam durante a viagem aos municípios visitados, órgãos como o Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMbio) Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) e o Programa de Pós Graduação em Biodiversidade da Universidade Federal do Amapá contribuíram com imagens.

2. PROBLEMA

Segundo a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), o Amapá mantém 73% de seu território preservado e, de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), entre agosto de 2013 e julho de 2014, apenas 31 quilômetros da área do estado foi desmatada, é a menor taxa entre os sete estados que compõem a Região Norte. Para efeito de comparação, no mesmo período o estado do Pará, vizinho ao Amapá, computou 1885 km² de desmatamento.

Apesar de estes dados serem otimistas em relação à proteção ambiental no Amapá, é inegável que o estado apresenta sérios problemas neste aspecto, especialmente ligados à questão sócio-econômica da população. Um destes problemas é a ocupação de áreas de ressacas principalmente nas cidades de Macapá e Santana, onde famílias vivem em palafitas enfrentando condições precárias. Há ainda a poluição do Rio Amazonas que recebe todo o esgoto sem tratamento de Macapá e Santana, onde vivem 80% dos 720.000 habitantes do estado (IBGE, 2013). Em janeiro de 2015, uma pesquisa do Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento Básico, do Ministério das Cidades, apontou que o Amapá desperdiça 76% de sua água tratada, um índice superior à média nacional, que é de 63%. Esse é outro indicio de que a agenda ambiental não tem sido prioridade do poder público.

A degradação que vem sofrendo o Rio Araguari é uma destas questões, a situação ali vem se agravando ao longo do tempo e se não houver forte intervenção poder público pode ser irreversível, portanto é de interesse não apenas da população das cidades afetadas, mas da sociedade amapaense como um todo.

Diante deste quadro, seria natural que a mídia amapaense buscasse veicular um número maior de notícias e reportagens sobre jornalismo ambiental, com ênfase para as potencialidades e problemas ambientais do estado do Amapá. No entanto isto não ocorre, a imprensa do estado raramente aposta no jornalismo ambiental, quando o faz em geral são notas ou notícias ligadas a uma determinada situação, sem se preocupar em buscar respostas ou fazer questionamentos a fim de levar ao público uma informação completa.

3. JUSTIFICATIVA

Com 142.043 quilômetros quadrados (IBGE, 2013), o Amapá é a menor unidade federativa em extensão da Amazônia brasileira e a segunda menos populosa do país, com 776.463 habitantes. O estado é ainda riquíssimo em recursos ambientais, abriga três diferentes ecossistemas em seu território: cerrado, manguezal e Floresta Amazônica.

Um de seus rios mais importantes é o Araguari, o maior rio genuinamente amapaense, que atravessa sete municípios do estado, cuja população estimada é de mais de 500.000 habitantes. Entretanto, o Araguari está ameaçado por um processo de degradação talvez irreversível: o está perdendo seu volume e suas águas estão se tornando salgadas.

Uma das conseqüências mais visíveis desse impacto ambiental é o fim da pororoca, fenômeno resultante do encontro das águas do rio com as do mar. Mas, recentemente, enchentes e mortandade de peixes mostraram a gravidade da situação. Diante deste quadro, o livro-reportagem “***O Fim do Araguari: como matar um rio em três passos***”, busca abordar em específico um problema ambiental do estado, a degradação sofrida pelo Araguari.

A realização deste produto jornalístico busca ainda revelar para a sociedade a situação deste rio em grave estado de degradação, colocando na agenda dos debates a questão do meio ambiente e do desenvolvimento sustentado no Estado, bem como contribuir para com o desenvolvimento do Jornalismo Ambiental no Amapá.

A produção de “***O Fim do Araguari: como matar um rio em três passos***” poderá contribuir para o debate a respeito dos problemas ambientais do estado do Amapá, sobretudo a degradação sofrida pelo Rio Araguari nos últimos anos e seus impactos socioambientais, além propor o desenvolvimento do jornalismo ambiental no estado.

4. OBJETIVOS

a) **GERAL:** Produzir um Livro-Reportagem sobre os impactos ambientais sofridos pelo rio Araguari.

b) **ESPECÍFICOS:**

- Colaborar para com o desenvolvimento do jornalismo ambiental no Amapá;
- Analisar a importância do livro-reportagem como instrumento de aprofundamento e contextualização de um fato jornalístico, destacando seu objetivo e sua funcionalidade;
- Conhecer o processo de desenvolvimento de uma reportagem para produção de um livro;
- Investigar os processos que causaram a degradação do Rio Araguari;

5. REFERENCIAL TEÓRICO

6.1. O Livro-reportagem

Segundo Pena (2006), o jornalismo deveria ser uma profissão ligada aos interesses da coletividade, mas vem se tornando um verdadeiro palco de futilidades e sensacionalismo. Diante desse quadro, na visão do autor, os jornalistas realmente comprometidos com a sociedade vêem seu espaço diminuir e buscam alternativas. Conforme Pena, o jornalismo literário é uma delas.

O livro-reportagem é uma saída para aquele jornalista que deseja se aprofundar em um determinado tema, esmiuçar os detalhes, contar uma história e não tem oportunidade de fazê-lo no dia-a-dia de uma redação.

Pode-se dizer que o livro-reportagem é um aprofundamento da reportagem, abordando em seu conteúdo as origens, implicações e desdobramentos de uma determinada situação, além de apresentar os personagens envolvidos nele, humanizando-os. Pessa (2009) afirma que a grande-reportagem permite o aprofundamento extensivo e intensivo da narrativa.

O aprofundamento extensivo horizontal amplia quantitativamente a taxa de conhecimento do leitor sobre o tema, por meio de dados, números, informações e detalhes relacionados. O aprofundamento intensivo/vertical amplia qualitativamente esta taxa, apontando causas, conseqüências, efeitos, desdobramentos, repercussões e implicações do assunto reportado. (LIMA apud PESSA, 2009, p. 2)

Lima (2009) explica que o livro reportagem se diferencia das demais publicações classificadas como livro em três aspectos:

- Quanto ao conteúdo: o objeto de abordagem destacado no livro reportagem é sempre real, factual;
- Quanto ao tratamento: no que se refere à linguagem, montagem e edição do texto, o livro-reportagem é, sobretudo jornalístico, destacando as características de precisão, clareza, exatidão e concisão e
- Quanto à função: o livro-reportagem pode servir a diferentes finalidades ligadas ao jornalismo, desde o objetivo principal que é informar, orientar, explicar um determinado assunto ao leitor ou mesmo defender a visão unilateral de uma questão e dessa maneira praticar o jornalismo opinativo. Há também a possibilidade de trabalhar o jornalismo investigativo

O autor afirma ainda que a grande-reportagem permite ao jornalista utilizar todo seu potencial de construtor de narrativas da realidade, além de oferecer a possibilidade de abordar algo que lhe interessa com maior profundidade, uma vez que no dia-a-dia da imprensa cotidiana o profissional geralmente não encontra espaço para fazê-lo.

O espaço nos meios jornalísticos impressos e eletrônicos vale muito em relação àquilo que subsidia a informação social, que é o espaço publicitário. Valendo-se desse argumento, as empresas jornalísticas apertam ao máximo o espaço da informação social, afunilando-o. Daí a grande-reportagem, embora tendo grande possibilidade de êxito de audiência, está cada vez mais atrofiada num espaço que pretende ser o mais sintético possível, pendendo para a fórmula notícia. Que é econômica mais ao mesmo tempo superficial, não respondendo as necessidades mais profundas da informação social. (MEDINA apud LIMA, 2009, p. 33)

Embora esclareça que não deve haver limitações para o trabalho jornalístico, Lima aponta quatro etapas para a elaboração de uma reportagem: pauta, captação, redação e edição.

A pauta elaborada para uma reportagem deve localizar os conflitos e transcendê-los para identificar as causas, os efeitos e as linhas de força que os determinam. Lima acrescenta ainda que, como primeira etapa do processo de produção da mensagem jornalística, a pauta é a definição de rumos, estabelecimento de diretrizes.

Em relação aos métodos de captação, Lima afirma que, em busca do aprofundamento, o livro-reportagem em geral despreza a espetacularização nas entrevistas, utilizando-a na maioria das vezes com o objetivo de compreender o tema abordado.

A entrevista é um procedimento tradicional de apuração de informações no jornalismo. Lima afirma que, em busca do aprofundamento, o livro-reportagem em geral despreza a espetacularização nas entrevistas, utilizando-a na maioria das vezes com o objetivo de compreender o tema abordado.

Muito mais do que reportagem do jornalismo impresso cotidiano, a entrevista desponta no livro como uma forma de expressão por si, dotada de individualidade, força, tensão, drama, esclarecimento, emoção, razão, beleza. Nasce daí o diálogo possível, o crescimento do contato humano entre entrevistador e entrevistado. (LIMA, 2009, p. 107)

Diante disso, na elaboração do livro-reportagem, optou-se por realizar a entrevista individual em profundidade, uma abordagem qualitativa que visa explorar um assunto a partir da busca de informações, percepções e experiências de fontes para que estes dados sejam analisados. O modelo de entrevista utilizado foi a semi-estruturada, que segue um roteiro de questões apresentando cada pergunta da forma mais aberta possível.

Esta modalidade exige que o repórter levante poucas questões, mas suficientemente amplas para serem discutidas em profundidade. Duarte explica que a entrevista é conduzida em grande parte pelo entrevistado, valorizando seu conhecimento e sua opinião sobre o tema abordado, o que de fato ocorreu durante esta fase da produção da reportagem.

Uma entrevista semi-aberta tem algo entre quatro e sete questões tratadas individualmente como pergunta abertas. O pesquisador faz a primeira pergunta e explora ao máximo cada resposta até esgotar a questão. Somente então passa para a segunda pergunta. Cada questão é aprofundada a partir da resposta do entrevistado, como um funil, no qual perguntas gerais vão dando origens a específicas. (DUARTE, 2005, p. 66)

A terceira etapa da produção de um livro-reportagem é, segundo Lima (2009), a fruição do texto, isto é, a construção da narrativa. Para o autor, existem quatro técnicas de redação: narração, descrição, exposição e diálogo. Em "***O fim do Araguari: como matar um rio em três passos***", optou-se por utilizar a técnica da exposição, que, segundo o autor, é empregada quando o autor quer discutir uma questão básica por meio da apresentação do fato e suas circunstâncias, com a análise das causas e efeitos.

Por fim, há o processo de edição do livro-reportagem. Para Lima, os segmentos que formam uma narrativa extensa, como os de um livro-reportagem necessitam de um eficiente tratamento de montagem.

Em sua obra, devido à variedade, à linha temática e aos diferentes modelos de tratamento, Lima propõe uma classificação de livros-reportagem em diferentes grupos, sendo eles: livro-reportagem perfil, livro-reportagem depoimento, livro-reportagem retrato, livro-reportagem ciência, livro-reportagem ambiente, livro-reportagem história, livro-reportagem nova consciência, livro-reportagem instantâneo, livro-reportagem atualidade, livro-reportagem antologia, livro-reportagem denuncia e livro-reportagem viagem.

Uma vez que a proposta aqui é construir uma grande-reportagem sobre a degradação do Rio Araguari, o livro produzido poderá ser classificado como

livro-reportagem ambiente, que visa abordar interesses ambientalistas e causas ecológicas, onde pode-se apresentar uma postura combativa, crítica ou simplesmente tratar de temas que auxiliam na conscientização da importância da harmonia das relações do homem com a natureza, por esse motivo foi necessário pesquisar sobre jornalismo ambiental e meio ambiente.

6.2. A mídia e o meio ambiente

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o processo de industrialização se intensifica no mundo inteiro e ao mesmo tempo surge a preocupação com os danos ambientais causados pelas indústrias. Conseqüentemente, os governos dos países viram a necessidade de se discutir os cuidados com os recursos naturais (ou o que hoje chamamos de sustentabilidade). Desde a década de 1960 acontecem conferências mundiais com o intuito de promover discussões sobre o meio ambiente entre os países. Cada uma destas reuniões influenciou a legislação ambiental brasileira, que se modificou muito dos anos 1960 até os dias de hoje.

Conforme Salheb et al (2013) primeira reunião intergovernamental com esta finalidade foi a Conferência sobre a Biosfera, ocorrida em Paris, em 1968, onde foram discutidos os cuidados com os recursos naturais. No mesmo ano surge o Clube de Roma, cujo intuito era lançar discussões sobre o desenvolvimento econômico versus exploração do meio ambiente por parte das indústrias e propor uma reflexão a nível mundial sobre o futuro da humanidade.

Segundo Salheb et al (2013), a Conferência sobre a Biosfera e o Clube de Roma foram iniciativas que ajudaram a expandir o pensamento de que o desenvolvimento econômico e a preocupação com o meio ambiente devem caminhar de mãos dadas. Com isto surgiram várias organizações e eventos internacionais para discutir o tema.

De 5 a 16 de junho de 1972 houve a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, ocorrida em Estocolmo, capital da Suécia. Como resultado da reunião, foi elaborada a *Declaração de Estocolmo Sobre o Meio Ambiente Humano*, um documento com 26 princípios sobre os cuidados com o meio ambiente. Neste período, países europeus como Alemanha, Dinamarca, França e Noruega estabeleceram regras mais rígidas de proteção ambiental.

No início da década de 1980, a ONU convocou a *Comissão Mundial Para Assuntos do Meio Ambiente e Desenvolvimento* (CMMAD) que resultou

na elaboração Relatório Nosso Futuro Comum, mais conhecido como Relatório Brundtland. Este documento trouxe a definição do conceito de desenvolvimento sustentável como aquele que busca atender as necessidades das gerações atuais sem comprometer as necessidades das gerações futuras.

No mesmo período o Brasil fortalece sua legislação ambiental. O artigo 225 da Constituição Federal de 1988 traz os princípios de desenvolvimento sustentável e estabelece que o meio ambiente seja um bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida, cabe ao Estado e a todos a sua proteção e preservação para as gerações presentes e futuras. Um ano depois é criado o IBAMA (Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis), por meio da Lei 7.735/1989, regulamentada pelo Decreto nº 97.946.

Este fato aparenta ter sido uma resposta governamental às fortes pressões ambientalistas internas e externas e que culminaram com o assassinato de Chico Medes em 1988. (Salheb et al, 2013, p. 10-11).

Conforme Salheb et al (2013) nos dias 13 e 14 de 1992, na cidade do Rio de Janeiro, ocorreu a Conferência Geral das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como ECO-92. O evento tornou-se um marco no âmbito das questões ambientais, uma vez que na ocasião autoridades de diversos países tiveram a oportunidade de avaliar os impactos e agressões ambientais, bem como propor ações de proteção aos ecossistemas.

Em 2002 foi realizada a RIO+10 em Johannesburgo, na África do Sul, onde os compromissos da conferência anterior foram reafirmados e novos acordos assinados entre os países participantes, entre eles a Declaração de Johannesburgo. Segundo Salheb et al (2013), o Brasil e a União Européia lançaram propostas de discussão sobre energia limpa, mas foram boicotados por um grupo de países liderados pelo Japão, Estados Unidos e países árabes. A Rio+10 apresentou poucos resultados práticos.

Todas estas conferências de cunho internacional refletiram na agenda de políticas públicas brasileiras, fortalecendo o desenvolvimento sustentável em uma das principais metas do poder público

No que tange às políticas públicas de cunho ambiental em nosso país, cabe ainda lembrar, que, historicamente, o Brasil sempre foi marcado por uma economia predominantemente exploratória de seus abundantes recursos e riquezas naturais, pautando todo seu desenvolvimento (econômico, político e social, etc.) na exaustiva produção de produtos primários (agricultura, pecuária, extração de metais preciosos, extração de madeira e outros) de modo agressivo e predatório. (Salheb et al, 2013, p. 13)

É a partir da década de 1960 que a mídia passa a se envolver com as questões ambientais, contribuindo para divulgar a causa e ampliar a consciência ambiental. Através do processo de globalização, tragédias como as de Bophal (Índia, 1984), Chernobyl (Ucrânia, 1986) e Césio 137 (Brasil) ganharam maior repercussão no mundo inteiro, o que trouxe como consequência um aumento no interesse das pessoas para com a preservação dos recursos naturais do planeta e pelo meio ambiente.

Segundo Belmonte (2006), no Brasil, o interesse da mídia por pautar as causas ambientais surgiu na década de 1970, durante a Ditadura Militar, um período em que a imprensa não possuía tanta liberdade.

A Revista Realidade ainda em 1972 lançou uma edição especial sobre as cidades brasileiras, cuja capa trazia a manchete “Nossas Cidades”. A publicação é considerada histórica, pois foi uma das mais completas investigações jornalísticas já publicadas pela imprensa nacional sobre a urbanização no país e no mundo e incluiu em seu expediente José Hamilton Pereira, como editor, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, como assessor e repórteres como Millôr Fernandes, Ruy Fernando Barbosa, Wilson Rio Apa, Carlos Lacerda, entre outros profissionais. A etapa da apuração durou nada menos que seis meses. O resultado foi uma série de reportagens que traçava minuciosamente os problemas urbanos para passar ao leitor os detalhes da vida nas cidades de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

Ruy Fernando Barbosa passou dois meses e vinte dias na estrada e visitou dezessete cidades de todas as regiões do Brasil, o resultado foi a reportagem “De Oiapoque ao Chuí, ouvindo o homem comum”. Wilson Rio Apa, um escritor hippie que havia trocado a capital de São Paulo por uma vila

de pescadores no interior do Paraná, passou uma semana no Hotel Hilton para escrever sobre o crescimento da capital paulista.

Os repórteres e fotógrafos viajaram e sentiram – sentir é a palavra chave – praticamente todo o território nacional. Traçaram um perfil amplo e abrangente das principais cidades brasileiras. Ao todo eram 3.953 municípios na época onde vivia 56% da população de quase cem milhões de pessoas (1972). (BELMONTE, 2007, p. 18)

Entretanto, como ressalta Belmonte (2006), ainda hoje são poucas as publicações jornalísticas que apresentam o mesmo vigor desta edição de Realidade.

Pode-se dizer que o precursor do jornalismo ambiental no Brasil foi o repórter especialista em meio ambiente Randau Marques. Além de ser um dos pioneiros do ecojornalismo, o repórter é um militante da causa ambiental, criou e ajudou a fundar muitas Organizações Não Governamentais. O jornalista chegou a ser preso por escrever reportagens para um jornal de Franca, no interior de São Paulo, sobre produtos químicos de uma empresa de sapatos que contaminavam rios e provocavam a intoxicação de agricultores e mortes de peixes.

Belmonte (2006) ressalta que Marques trabalhava para o Grupo Estado durante a década de 1970, quando cobriu uma grande polemica ambiental envolvendo a fábrica de celulose Borregaard (atualmente chamada Riocell), em Porto Alegre. Marques participou do Seminário sobre População e Meio Ambiente, organizado pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) em Brasília, no ano de 1989. O evento possibilitou que fossem criados vários núcleos de ecojornalistas nos maiores estados brasileiros, o interesse pelo tema surgia em parte como preparação para a Rio-92. Nestes seminários, sempre ocorria uma aproximação entre repórteres que cobriam o meio ambiente e fontes do movimento ecológico.

6.3 Jornalismo Ambiental

É importante ressaltar que há uma diferença entre comunicação ambiental e jornalismo ambiental. Segundo Bueno (2007), a comunicação ambiental se trata de um conjunto de ações, estratégias e planos para promover a divulgação/promoção da causa ambiental e pode ser feita por qualquer profissional seja ele biólogo, agrônomo ou publicitário.

Diferente da comunicação ambiental, o jornalismo ambiental tem compromisso com a atualidade, aspecto fundamental para o seu desenvolvimento. Além disso, é antes de tudo, jornalismo, portanto deve ter compromisso com o interesse público, com a democratização das informações e incentivo às discussões relacionadas ao tema.

Simplificadamente podemos conceituar o Jornalismo Ambiental como o processo de captação, produção, edição e circulação de edição e circulação de informações (conhecimento, saberes, resultado de pesquisas, etc.) comprometidas com a temática ambiental e que se destinam a um público leigo, não especializado. (BUENO, 2007, p. 35)

No Brasil, a cobertura ambiental vem ganhando destaque nos últimos anos devido ao maior interesse da sociedade por temas relevantes como transgênicos, aquecimento global, biodiversidade, crescimento desordenado do agronegócio, Belo Monte, entre outros.

Além disso, em junho de 2003 foi sancionada a Lei nº 10.650/03, que determina o acesso público às informações ambientais de órgãos e entidades de Administração Pública integrantes. Dez anos depois foi aprovada a Lei de Acesso à Informação, sem dúvida estas leis facilitaram o trabalho jornalístico.

O meio ambiente está na pauta do dia a dia da imprensa, porém geralmente ocupa espaços periféricos, a abordagem é exótica. A mídia brasileira ainda precisa avançar para produzir um jornalismo ambiental de qualidade, coberturas como a mencionada edição especial de Realidade, praticamente inexitem e as poucas que são realizadas em geral estão cadernos especiais e em reportagens de revistas especializadas. Para Vilas Boas (2004) a questão tem a ver com a realidade social do Brasil, um país extremamente rico em recursos naturais, mas que ainda está em desenvolvimento.

Como estamos no Brasil, que por sua vez está na América Latina e, que também está no Hemisfério Sul, lado pobre do mundo, impossível preterir a vertente social. O chamado desenvolvimento sustentável é o conceito a ser perseguido porque não tem nada de utópico. Portanto, escolher se o Brasil deve continuar sendo o maior celeiro de grãos do mundo e com isso, ter um poder maior de barganha em reuniões como a da Organização Mundial de Comércio (OMC), por exemplo, ou preservar as florestas e os cerrados, existem várias questões que precisam ser esclarecidas. (GERAQUE, 2004, p. 106)

Diante deste quadro, o papel da imprensa em relação aos aspectos ambientais é informar a população ao mesmo tempo em que cobra soluções das diversas formas de poder.

Bueno acredita que o jornalismo ambiente brasileiro atual passa por alguns equívocos, o que chama de síndromes. A primeira delas é “síndrome Lattes. Como se sabe, Lattes é o portal do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) onde estão elencados os currículos acadêmicos. A síndrome Lattes está relacionada ao fato de que o jornalista, ao fazer uma reportagem ambiental, prioriza ouvir fontes especializadas como pesquisadores e cientistas, deixando de dar voz às pessoas que estão fora da academia como os agricultores, os povos das florestas, os ribeirinhos. Ao escrever uma matéria ambiental, o jornalista deve sim ouvir as fontes especializadas, porém não somente elas.

No livro-reportagem “Araguari, um rio do Passado”, buscou-se fugir desta síndrome ao procurar ouvir todas as fontes possíveis. Foram ouvidos especialistas do Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMbio), pesquisadores da Empresa Brasileira de Agricultura e Pecuária (EMBRAPA), mas deu-se voz ao pescador que viu sua renda cair com a diminuição de peixes no rio, ao guia turístico que deixou de levar visitantes para conhecer a Pororoca do Araguari. Conforme Bueno:

O jornalismo ambiental deve potencializar o diálogo entre o acadêmico e o pescador, entre o agrônomo e o trabalhador rural, o mateiro e o biólogo e não deve estigmatizar a sabedoria dos pajés. As fontes do jornalismo ambiental seremos todos nós e sua missão será sempre compatibilizar visões, experiências e conhecimentos que possam contribuir para uma relação sadia e duradoura entre o homem (e suas realizações) e o meio ambiente. (BUENO, 2007, p. 14)

Segundo Bueno, outra síndrome no jornalismo ambiental brasileiro é a que ele chama de “erva daninha”, que acontece quando a mídia passa a descartar tudo aquilo que não tem valor comercial e adota a visão empresarial de que a degradação da natureza é justificada pelo crescimento econômico. Isto acontece geralmente quando algumas empresas convencem determinado veículo de que os impactos ambientais se justificam.

Bueno aponta ainda a síndrome da “Baleia encalhada”, onde o jornalista dramatiza situações, o que é muito comum quando se fala de jornalismo ambiental.

Bueno (2007) afirma que o jornalismo ambiental deve ter, antes de qualquer coisa, compromisso com o interesse público, com a democratização do conhecimento e com a ampliação do debate. O jornalismo ambiental

desempenha inúmeras funções, sendo mais importantes as funções informativa, pedagógica e política. A função informativa se refere a necessidade que a sociedade tem de estar em dia com os principais temas que envolvem a questão ambiental. A função pedagógica diz respeito à explicação das causas e soluções para os problemas ambientais e à sugestão de caminhos para solucionar a situação. Por fim, há a função que está ligada à mobilização dos cidadãos para exigir do governo e de empresas maior comprometimento com a questão ambiental.

Para Bueno jornalismo ambiental deve sim se preocupar em ouvir os cientistas, os biólogos e as demais fontes especializadas, mas não pode maneira alguma negligenciar a sabedoria de um índio, ou de um produtor rural. “As fontes no jornalismo ambiental devem ser todos nós e sua missão sempre será compatibilizar visões, experiências e conhecimentos.” (BUENO, 2007, 34).

6.4 Cobertura ambiental no Brasil e no Amapá

No cenário nacional temos alguns exemplos de publicações voltadas exclusivamente para o jornalismo ambiental na mídia impressa, televisiva, radiofônica e online. Podemos destacar **Revista do Meio Ambiente**, a **Ecoagência**, os sites **Jornalistas Ambientais** e **Portal Eco**, a revista digital da **Envolverde** e os programas televisivos **Globo Ecologia**, da Rede Globo de Televisão e **Repórter Eco**, da TV Cultura (para citar os mais expressivos).

Em 1998 foi criada a Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental, que atualmente reúne profissionais especializados ou interessados pelo tema que atuam nos meios de comunicação, assessorias de imprensa, universidade entidades ligadas à sustentabilidade

No Amapá, a mídia faz uma cobertura tímida sobre o tema ambiental entre seus assuntos gerais, embora existam programas jornalísticos voltados para a temática.

6. METODOLOGIA

O processo de produção **“O Fim do Araguari: como matar um rio em três passos”** teve início em dezembro de 2014, através de uma sondagem inicial sobre todos os aspectos envolvidos na degradação do Rio Araguari. Segundo Pereira Junior (2010), a sondagem é fundamental para que a pauta possa ser construída.

É a apuração preliminar, a exploração das fontes, documentos e publicações, numa pesquisa prévia à formulação da pauta. É uma base de informações para sustentar uma investigação, como saber qual a credibilidade das fontes que nos lançam a pista inicial. Ajuda a estabelecer a viabilidade da pauta – se não estaria propondo o impossível de ser apurado e se ela se justifica. (PEREIRA JÚNIOR, 2010, p. 78)

Corroborando Pereira Junior, Lage (2006) explica que a pesquisa é a base do bom jornalismo, entretanto destaca que é muito comum o repórter se deter em consultar apenas fontes primárias para obter informações, negligenciando as fontes das fontes, isto é, os documentos que deram origem às informações prestadas a público.

O autor ressalta que muitas vezes este processo de investigação é dificultado por questões financeiras, logísticas e burocráticas, entretanto é fundamental para que o jornalista possa levar a seus leitores as informações mais verdadeiras e corretas possíveis.

Nesse período foi realizada ainda uma pesquisa bibliográfica através da consulta de publicações sobre livro-reportagem, jornalismo literário, meio ambiente, jornalismo ambiental, sustentabilidade, direito ambiental, geografia e história do Amapá.

Para pesquisar, o indivíduo precisa ser motivado no sentido desta ação. Para graduandos, mestrandos e doutorandos, a conquista do título é suficiente para desencadear o processo de pesquisa, mas é o desejo de esclarecer um assunto não suficientemente investigado que vai mantê-los motivados para atingir este objetivo. O foco de interesse será buscado na sua vida real, especialmente na vida profissional para os já graduados, mas precisa ser estimulado através de um programa de leituras que indique haver um ponto obscuro que precisa ser investigado. (PEREIRA JÚNIOR, 2010, p. 78)

Foram consultados livros impressos obtidos nas bibliotecas das seguintes instituições: Instituto de Pesquisas Científicas do Estado do Amapá (IEPA), Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Amapá (SEMA) e Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), outros foram empréstimos da orientadora do trabalho ou adquiridos com recursos próprios.

Após realizar este levantamento inicial e dessa forma obter informações, foi possível iniciar a produção do livro-reportagem que, segundo Lima (2009) envolve quatro etapas: pauta, captação, fruição do texto e edição.

Durante a elaboração da pauta, foram escolhidos analistas ambientais de órgãos do governo ligados ao meio ambiente como o Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMbio), Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Amapá (SEMA) Ministério Público do Meio Ambiente, Instituto de Mapeamento e Ordenação Territorial do Amapá (Imap), além de pesquisadores da Universidade Federal do Amapá. Optou-se ainda por ouvir pessoas que estão vivenciando a situação como moradores dos municípios atingidos, pescadores que atuam no rio e fazendeiros que criam búfalos na região e um guia turístico que trabalhava levando pessoas para conhecer a Pororoca.

Entretanto, durante a produção da reportagem, novas fontes foram indicadas, o que fez com que o número de pessoas entrevistadas crescesse consideravelmente.

Em maio de 2015, com a pauta concluída e aprovada pela orientadora, foi possível passar para a segunda fase da produção de um livro-reportagem: a captação de informações. Inicialmente, visitamos o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) onde entrevistei o pesquisador Paulo Roberto Russo, e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, onde conversei com a engenheira agrônoma Ana Paula Montagner.

No mesmo mês, visitei as cidades de Ferreira Gomes e Porto Grande, onde conversei com os moradores. De volta à Macapá, entrevistei pesquisadores do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá (IEPA), da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Durante essa etapa tentei entrevistar o secretário estadual de meio ambiente, mas não obtive êxito, porém consegui entrevistar Fernando Matias do Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá (IMAP), órgão vinculado à Secretaria

Estadual de Meio Ambiente (SEMA) e, dessa forma, foi possível obter um posicionamento do Governo do Estado do Amapá.

Concluída a apuração, em setembro de 2015 foi possível dar início à decupagem das entrevistas e iniciar a narrativa. Nessa etapa, os materiais foram checados e alguns foram descartados, outros precisaram ser checados novamente. Posteriormente, teve início o processo de produção da grande-reportagem. Lima (2009) explica que existem três técnicas de redação: narração, descrição, exposição e diálogo.

Neste trabalho, optou-se por utilizar a técnica da exposição, que, segundo o autor, é empregada quando o autor quer discutir uma questão básica por meio da apresentação do fato e suas circunstâncias, com a análise das causas e efeitos.

Bueno (2007) afirma que nesta etapa o jornalista deve ter a consciência de que o leitor nem sempre está familiarizado com alguns dos termos utilizados por fontes de áreas específicas, por isso é necessário uma atenção maior neste processo de mediação.

O livro-reportagem em questão aborda sustentabilidade, meio ambiente e desenvolvimento regional e em muitos momentos são utilizadas expressões características desta área, por isso houve um esforço para que cada um destes conceitos fosse explicado de maneira clara através de textos ou de recursos complementares como o infográfico da página 36, detalhando como a situação pode ficar no futuro se nada for feito imediatamente para conter a situação.

Concluído o livro-reportagem, em fevereiro de 2016 iniciamos a edição da grande-reportagem, nesta etapa foram verificados problemas de compreensão como ruídos de comunicação, redundâncias, incoerências, imprecisões.

Cuidamos da estrutura do livro, revisamos os capítulos, subtítulos e a divisão do livro. Cuidamos ainda das fotos, fontes, dos elementos gráficos e da diagramação do livro-reportagem. Para o corpo do texto escolhemos a fonte *Franklin Gothic Book* sem serifa para tornar a leitura mais agradável.

Por fim escolhemos o título, inicialmente havia três opções: “Araguari, um rio do passado”, “Araguari, um Rio Encantado” e “O Fim do Araguari”, ao concluir a reportagem, chegamos a conclusão de que o a degradação do rio é uma situação grave e provavelmente inevitável, por isso optamos por utilizar a

última opção de título. O subtítulo “Como matar um rio em três passos” foi escolhido durante o desenvolvimento da reportagem, quando foi possível visualizar com clareza que havia três fatores diretamente relacionados à degradação do rio: a mineração, a atividade hidrelétrica e a bubalinocultura.

As fotos foram inseridas entre os capítulos para ilustrar e complementar a narrativa. A ilustração da capa, na cor verde, foi escolhida para representar o meio ambiente.

7. CONCLUSÕES

A idéia de elaborar um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre meio ambiente surgiu ainda no início do curso de jornalismo e ganhou forças durante as aulas de jornalismo ambiental. Sempre acreditei que o Amapá, com toda sua riqueza em recursos naturais, possui uma grande variedade de temas que podem ser abordados em reportagens ambientais.

O interesse em escrever sobre o rio Araguari surgiu em meados de 2014 quando a mídia amapaense passou a divulgar que o fenômeno da pororoca não havia sido registrado naquele ano. Entretanto, ao pesquisar sobre o assunto, descobri que o fim da Pororoca é apenas uma das conseqüências de algo muito maior: a degradação ambiental do Araguari.

A escolha do livro-reportagem para realização do trabalho foi importante para que conseguíssemos atingir nossas metas, pois, falar sobre o Araguari é complexo e dificilmente outra mídia poderia oferecer a possibilidade de se aprofundar sobre um assunto a um custo relativamente baixo.

Quando comecei o processo de pesquisa, eu acreditava que deveria trazer em meu livro-reportagem a resposta para a pergunta “o que causou a degradação ambiental do Araguari?”, o que seria um inviável, pois observei que há grandes divergências mesmo entre a comunidade científica. Mas, durante as orientações, optei por traçar um cenário dos fatores que podem ter relação com a atual situação do rio.

Ao viajar para as cidades banhadas pelo Araguari foi possível ter uma dimensão maior sobre os impactos causados pelo assoreamento e pela salinização do rio no cotidiano das pessoas que estão vivendo a situação o pescador que viu seu rendimento cair pela metade em seis anos ou a professora aposentada que teme perder sua casa.

Inicialmente imaginei que seria difícil entrevistar moradores de cidades pequenas, mas as pessoas demonstraram ter muito interesse em apresentar seu ponto de vista, seus medos e suas incertezas. Dessa forma, foi possível perceber a importância do papel do repórter para divulgar realidades em um local tão isolado quanto o interior do Amapá, especialmente em relação a grupos sociais que dificilmente teriam voz na imprensa tradicional. Conforme Barbosa (2015), nesse caso o repórter atua como um formador de opinião pública e agente de transformação social.

Neste sentido, muito mais do que registrar e socializar um modo de ser e de viver de um povo marginalizado, o trabalho do repórter para como denúncia dos problemas e conflitos enfrentados por esta população. Desta forma, o repórter também assume um papel de intermediador entre a população invisível, os gestores públicos e a sociedade de modo geral. (BARBOSA, 2015, p. 34)

Durante a produção da reportagem, observei que há uma divergência na visão dos pesquisadores entrevistados em relação aos fatores que causaram a degradação do rio, foi possível notar também que são necessários mais estudos e pesquisas científicas sobre os impactos ambientais no Araguari, percebi ainda que maioria das pessoas possuem um conhecimento superficial do quês está ocorrendo naquele local.

Dentre as dificuldades que tive, posso destacar o deslocamento às cidades banhadas pelo Araguari. Inicialmente a idéia era viajar até Serra do Navio para conhecer a nascente do rio, no entanto, a estrada que liga Macapá ao município não está em boas condições. Houve ainda intenção de visitar a foz do Araguari, no Arquipélago do Bailique, mas a viagem é longa e o custo é relativamente alto.

Ademais, a realização desse trabalho foi um grande desafio para a futura jornalista, uma vez que esse é o seu primeiro livro-reportagem e, apesar de ter lido obras do gênero, houve dificuldades principalmente em relação ao processo de produção, nesse sentido, as orientações foram fundamentais para a concretização dos objetivos.

Houve ainda pautas que caíram, roteiros e perguntas improvisadas, gravadores com defeito e entrevistas que precisaram ser remarcadas, mas mesmo os erros nos ajudam a melhorar nosso método de trabalho e eles foram importantes porque essa experimentação se torna, na verdade, um momento de aprendizagem, pois há conhecimentos que somente a prática é capaz de possibilitar.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUENO, Wilson. **Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente: teoria e pesquisa**. São Paulo: Mojoara Editorial, 2007.
- LAGE, Nilson. **A Reportagem**. Rio de Janeiro: Record, 2014
- LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. Barueri, SP: Manole, 2009.
- MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo II: necrose**. Forense-Universitária: Rio de Janeiro, 1986.
- Pena, Felipe. **Jornalismo Literário**. São Paulo: Contexto, 2011
- VILLAS-BOAS, Sérgio (org). **Formação e Informação Ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2004.
- TOALDO, Mariângela (org). **Brasil em Números: dados para pesquisas de comunicação e cultura em contextos regionais**. Florianópolis: Insular, 2014.
- FREIRE, Arilson. **No Amapá, rio Araguari não tem mais o fenômeno da Pororoca**. Disponível em: <http://g1.globo.com/ap/amapa/amapa-tv/videos/t/edicoes/v/no-amapa-rio-araguari-nao-tem-mais-o-fenomeno-da-pororoca/4310286/>. Acesso em: 12.10.2015.
- GIRARDI, Ilza M. Tourinho; SCHUAAB, Reges; MASSIERER, Carine. **Caminhos e Descaminhos do Jornalismo Ambiental**. *Revista C&S – São Bernardo do Campo*, v.34, n.1, p.131-152, jul/dez. 2012. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/.../3136>. Acesso em 04 de outubro de 2015.
- PEREIRA JUNIOR, Luiz Carlos. **Apuração da Notícia: método de investigação na imprensa**. 3 ed. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2010.
- SANTIAGO, Abinoan. **Fim da Pororoca em Rio do Amapá é irreversível**. Disponível em: <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2015/07/fim-da-pororoca-em-rio-do-amapa-e-irreversivel-avaliam-especialistas>. Acesso em: 19.09.2015

ANEXOS

PROJETO GRÁFICO DO LIVRO-REPORTAGEM

1. Descrição do Produto:

“*O Fim do Araguari: como matar um rio em três passos*” é um livro-reportagem especializado em meio ambiente, ratificado como um produto de um Projeto Experimental do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amapá. O livro-reportagem em questão aborda sustentabilidade, meio ambiente e desenvolvimento regional, portanto, trata de um produto do jornalismo especializado em Meio Ambiente, tendo como aliado à abordagem do Jornalismo Literário. O livro-reportagem é dividido em oito capítulos.

O primeiro capítulo, intitulado “Água, um recurso desperdiçado no Brasil” aborda o mau uso da água no país e a desigualdade de distribuição do recurso entre as regiões. O segundo capítulo se chama “Amapá, um estado de paradoxos” e aborda o meio ambiente no estado. Seu objetivo é contextualizar o leitor, afinal, é necessário conhecer as políticas ambientais do estado em que o Araguari está localizado. O capítulo ainda aborda a falta de cuidados que o estado tem com seus recursos hídricos.

“Rio Araguari, um rio encantado” é o título do terceiro capítulo do livro-reportagem e apresenta o rio aos leitores, detalhando sua história e sua importância cultural e econômica para a população das cidades em que corre. Aqui o leitor é apresentado também aos problemas ambientais sofridos pelo rio. O quarto capítulo, intitulado “A mineração e o alto Araguari” busca explicar como essa atividade econômica pode ter contribuído para com a degradação ambiental do Araguari.

“Hidrelétricas do Araguari” é o quinto capítulo do livro-reportagem, onde o leitor pode conhecer a visão de pesquisadores e estudiosos sobre os impactos que podem ter sido causados pelos três empreendimentos hidrelétricos instalados no Araguari entre os anos de 1973 e 2016. O capítulo traz a visão do pescador Carlos Pereira e da professora Marli Rodrigues, moradores de cidades banhadas pelo Araguari.

“Criação de Búfalos no Araguari”, título do sexto capítulo do livro-reportagem, aborda os impactos trazidos pela bubalinocultura, prática agropecuarista desenvolvida no baixo Araguari e que, de acordo com pesquisadores, tem causado graves impactos no solo do rio.

“Há uma solução?” é o título do penúltimo capítulo do livro e busca apresentar alternativas para recuperar o rio ou minimizar os impactos ambientais sofridos por ele. O título do último capítulo, “Um rio do passado”, surgiu devido à constatação de que a degradação ambiental daquele local é praticamente impossível e traz uma reflexão sobre o desenvolvimento econômico a qualquer custo.

2. Capa

O conceito da capa foi desenvolvido pela aluna que pensou em retratar de alguma forma o foco principal do produto, que é o meio ambiente, por isso foi escolhida uma ilustração nas cores marrom e verde que remetem as ondas do rio Araguari, dessa maneira se obteve um resultado simples, mas esteticamente agradável. A fonte utilizada foi *Franklin Gothic Book*, sem serifas, para não prejudicar a imagem do fundo.

3. Estrutura e Diagramação

“***O Fim do Araguari: como matar um rio em três passos***” baseia-se em elementos pré-textuais (capa) e elementos textuais composto pelo prefácio, que explica o livro-reportagem, e os oito capítulos.

O livro possui um formato convencional de 14cm x 21cm e pela impressão em papel sulfite, que permite uma leitura mais confortável por conta de sua coloração.